

Os ventos do “Norte” não movem moinhos? Pensando a Amazônia à luz das geografias e das epistemologias do Sul

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior¹



RESUMO

A partir de duas perspectivas de abordagem teórica – as geografias do Sul e as epistemologias do Sul – presentes no pensamento crítico contemporâneo, o trabalho investe na forma de interpretação da Amazônia por elas proporcionada. O objetivo é analisar as contribuições de ambas no tocante a uma região pertencente ao que se convencionou chamar de Sul global. Do ponto de vista procedimental, buscou-se aprofundar a leitura das obras de dois autores, representantes respectivos daquelas vertentes, bem como, sistematizar estudos sobre a Amazônia que, de alguma maneira, dialogam com eles. Como conclusão, apresentam-se aproximações e distanciamentos entre as duas vertentes, chamando a atenção para a possibilidade proporcionada por ambas de pensar a Amazônia e sua relação com o mundo de forma descentrada. Destaca-se ainda a importância de um discurso científico contra-hegemônico revelador de assimetrias regionais e que permite analisar aquela região como espaço de resistência e de contraposição a um ordenamento socioespacial imposto hierarquicamente.

Palavras-chave: Geografias do Sul. Epistemologias do Sul. Pensamento Crítico Contemporâneo. Região. Amazônia.

¹ Doutor em Geografia Humana, Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará; pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil, entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico. E-mail: stclair@ufpa.br.

ABSTRACT

Starting from two constitutive theoretical approaches of the contemporary critical thought – the geographies of the South and the epistemologies of the South –, this work explores the form of interpretation of the Amazon that is inspired by them. The aim is to analyze their contribution regarding a region of the so-called Global South. Methodologically, we sought to develop an in-depth reading of the works of two authors, respective representatives of those approaches, as well as to systematize studies on the Amazon that, in some way, dialogue with them. The conclusion presents convergences and divergences between the two approaches, drawing attention to their potential to address the Amazon and its relationship with the world in a decentralized way. It is also highlighted the importance of a counter-hegemonic scientific discourse capable of revealing regional asymmetries and analyzing that region as a space of resistance and opposition to a hierarchically imposed socio-spatial order.

Keywords: Geographies of the South. Epistemologies of the South. Contemporary Critical Thought. Region. Amazon.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho² busca o entendimento da Amazônia à luz das reflexões do que se está chamando de geografias do Sul³ – surgidas no interior do movimento de renovação crítica da ciência geográfica contemporânea –, cotejando-as com interpretações sobre a mesma região a partir da vertente teórica denominada de epistemologias do Sul (SOUZA SANTOS; MENESES, 2009), que questiona a hegemonia de um saber colonizador e sua visão eurocêntrica do mundo.

Com base em tais abordagens, busca-se mostrar distanciamentos e proximidades entre elas, bem como interpretações que ambas podem proporcionar à Amazônia em relação à qual as referências de sua localização assumem sentidos para além do convencional, levando-se em conta sua inserção em escala geográfica nacional e internacional e em estruturas de poder que definem sua condição socioespacial no mundo.

Do ponto de vista procedimental, buscou-se aprofundar a leitura das obras de dois autores centrais (Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos), cada um representando uma daquelas vertentes de conhecimento, assim como, buscou-se estabelecer um perfil de produções científicas sobre a região amazônica que dialogam de alguma forma com essas mesmas abordagens, com seus autores e com suas proposições.

A análise situa o ponto de vista teórico-conceitual ao estabelecer a crítica epistemológica que interpreta as assimetrias regionais no mundo atual por meio das duas abordagens aqui consideradas, e ao enunciar elementos centrais que as aproximam e que as distanciam. Por fim, focaliza-se o ponto de vista empírico, ao problematizar questões regionais atuais a partir de estudos qualitativamente representativos das duas vertentes e que tiveram a Amazônia como objeto de preocupação e análise.

O PENSAMENTO CRÍTICO CONTEMPORÂNEO ATRAVÉS DE DUAS VERTENTES

Muito se tem problematizado a respeito da dificuldade de se proceder à compreensão da realidade amazônica a partir de suas particularidades. Se o distanciamento entre o plano teórico-conceitual e o empírico se coloca como desafio, independentemente da realidade que se deseja conhecer, ele se torna ainda maior quando o lugar de concepção das teorias e conceitos não é o mesmo da realidade analisada.

Discussões no sentido de superar tais distanciamentos têm sido feitas sobre as regiões e países ditos periféricos ou semiperiféricos. Nesse caso, questionam-se conceitos e formas de fazer ciência colocados em prática a partir de países centrais. Em contraponto, mostra-se a importância de se construir conhecimentos sobre essas realidades desde elas mesmas. Duas posturas aqui buscaremos tratar por interessarem de perto os debates que dizem respeito diretamente a possibilidades de entendimento do espaço amazônico.

2 Uma primeira versão deste texto foi publicada nos anais do III Seminário Internacional América Latina (TRINDADE JR., 2021). Ele resulta de reflexões relacionadas ao projeto de pesquisa "Geografias e epistemologias do Sul: Amazônia, olhares críticos em perspectiva", desenvolvido como parte das atividades do autor na condição de bolsista de produtividade de pesquisa do CNPq.

3 Alguns autores como Dantas (2014), Cerqueira-Neto (2017), Machado (2019) e Ferretti e Pedrosa (2018) nos inspiram a essa denominação ao abordarem contribuições de autores da Geografia, a exemplo de Milton Santos, relacionadas à situação de países ditos periféricos.

Para Boaventura de Sousa Santos, “uma epistemologia do Sul assenta-se em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (SOUSA SANTOS, 1995, p. 508 *apud* SOUSA SANTOS; MENESES, 2009, p. 9). Em uma linha de preocupação aparentemente não muito diferenciada, Milton Santos estabelece um argumento no qual considera que: “as mudanças a serem introduzidas, no sentido de alcançarmos uma outra globalização, não virão do centro do sistema, como em outras fases de ruptura na marcha do capitalismo. As mudanças sairão dos países subdesenvolvidos” (SANTOS, 2000a, p. 153-154).

A partir desses autores, problematizam-se questões que repercutem nos processos socioespaciais, nas formas de poder e nas configurações regionais do mundo. O sentido dado a elas confere importância a ações de transformação a partir do Sul (SANTOS, 2000a) ou a atitudes anti-imperialistas relacionadas ao “sufrimiento sistemático producido por el capitalismo y el colonialismo, así como por otras formas que se han apoyado en ellos como, por ejemplo, el patriarcado” (SOUSA SANTOS, 2012, p. 16).

Tais posicionamentos buscam também somar para uma tomada de consciência crítica a respeito do saber que se produz nessas regiões, que deve se voltar sobretudo para elas próprias e ser elaborado a partir delas mesmas. Isso significa, por um lado, uma proposta de renovação teórica na perspectiva crítica e, por outro, uma preocupação com a possibilidade de reinventar a emancipação social (SOUSA SANTOS, 2007).

Nessas formulações cabe destacar os esquemas de poder dos quais o Sul e o Norte são produtos, conforme se faz perceber nas epistemologias propostas por Sousa Santos (2012), mas que aparece também claramente nas geografias de Santos (1988), quando este fala de processos sociais e de suas espacializações, entendidas como momentos da inserção territorial em processos sociais globais e de incidência da sociedade sobre arranjos espaciais preexistentes.

A espacialização, para o autor, não é apenas resultado do movimento da sociedade, posto que esta também depende do espaço que o precede (SANTOS, 1988). Daí suas proposições serem representativas do que estamos chamando de geografias do Sul, assim como as de Boaventura de Sousa Santos o são das epistemologias do Sul. Por isso os dois autores serão aqui tratados para efeitos de entendimento do espaço amazônico.

GEOGRAFIAS E EPISTEMOLOGIAS DO SUL: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES

Ao teorizar sobre o espaço, Milton Santos, em várias oportunidades, revelou uma preocupação com as regiões ditas periféricas, mas sem perder de vista as regiões centrais, em perspectiva epistemológica que contribuiu para mostrar a espacialização capitalista em diversas escalas geográficas (LEITE; TRINDADE JR., 2020)⁴.

⁴ Nessa tarefa, várias são as discussões que contribuem, conforme já pontuamos em outra ocasião (TRINDADE JR., 2020b), para teorias diversas: do subdesenvolvimento, do espaço, da globalização, da cidadania. Todas elas levam a uma proposta maior, a de uma teoria geográfica, e, a partir desta, a de uma teoria mais geral para a sociedade no interior da qual o espaço é visto como uma de suas instâncias (SANTOS, 1986).

Das preocupações presentes na obra desse autor⁵ e que dão subsídios para entender aquelas regiões periféricas, destacam-se: a reprodução econômica e a natureza desigual do espaço, as especificidades da pobreza em realidades economicamente dependentes, a modernização do espaço e o meio técnico-científico informacional, o território usado e o binômio território-cidadania.

Por meio desses temas centrais relacionam-se algumas contribuições que ajudam a pensar a questão aqui exposta, a saber: a) o espaço como instância social (SANTOS, 1986), b) os circuitos da economia urbana e as questões do subdesenvolvimento (SANTOS, 1979), c) a globalização e a modernização do espaço (SANTOS, 1994, 1996, 2000b), e d) o espaço como condição de cidadania (SANTOS, 1987).

Nessa base teórico-conceitual encontramos ferramentas que ajudam na leitura do espaço amazônico (TRINDADE JR., 2020a). Trata-se de uma elaboração original, de natureza interdisciplinar, presente em sua obra como uma forma de entender o mundo e as desigualdades capitalistas. Por meio dela, dá-se especial atenção às realidades territoriais marcadas pela pobreza e pelas fortes consequências das desigualdades econômicas e socioespaciais; aí incluindo a sua preocupação com a formação territorial de seu País.

A experiência desse autor fora do Brasil, seja em países centrais, seja em regiões periféricas, conduz suas sistematizações para uma visão não eurocêntrica de mundo. Promove, assim, a problematização de questões que definem os processos de globalização em uma perspectiva descentrada; postura essa perceptível tanto ao tratar da escala global, como também da escala nacional. A discussão das espacializações dos processos, o enfoque às regiões periféricas e o trânsito metodológico por escalas diferenciadas tornaram-se fundamentais para que estabelecesse um olhar de dentro das regiões.

A abordagem transescalar o auxiliou na percepção das assimetrias espaciais. A ideia de Norte e de Sul, nesse caso, era menos importante que o entendimento das desigualdades e das relações de poder processualmente analisadas. Isso se vê tanto na perspectiva mais global ao falar da América Latina, da África e da Ásia, regiões meridionais em face do Norte global, quanto das regiões setentrionais, quando mudava de escala e falava das desigualdades regionais brasileiras.

Preocupado com a transnacionalização do espaço brasileiro, chegou mesmo a afirmar ter descoberto São Paulo e o Brasil quando esteve em Rondônia discutindo o ordenamento territorial (SANTOS, 1982) como convidado do governo daquele território federal em fins dos anos 1970; momento em que pôde perceber como São Paulo se instala como capital geral da nação, estabelecendo, ao mesmo tempo, um comando único sobre todo o território brasileiro (SANTOS, 2000b).

Com preocupação não muito diferenciada, ainda que assentada em um campo teórico-metodológico distinto, temos a abordagem decolonial e as epistemologias do Sul, cujos pressupostos podem ser percebidos com base em alguns elementos, como a crítica à

5 Sua atenção para um olhar territorial da sociedade o leva a compreender as espacializações de processos que revelam a sociedade global em totalidade. Foi essa mesma preocupação a responsável por ajudar a renovar, do ponto de vista metodológico, a ciência geográfica. Não chegou, assim, a propor uma ou outra geografia voltada somente para uma porção do espaço mundial. Esta ressalva se faz necessária de modo a não concluir que seu interesse se limitou a elaborar exclusivamente uma Geografia do Sul global.

racionalidade moderna, chamada por Sousa Santos (2008a, 2009a) de “razão indolente”. Esta é responsável por um “pensamento abissal”⁶, universal e etnocêntrico; divisor de experiências, epistemes e atores sociais, por meio do qual se classifica os que ficam de um lado e de outro da linha divisória ao se referir à crescente e irreversível polarização entre o Norte e o Sul, entre realidades centrais e periféricas no sistema mundial (SOUSA SANTOS, 1999).

Em contraponto, propõe uma “razão cosmopolita”, assentada nas epistemologias do Sul, que supõem uma maior comunicação e cumplicidade através das fronteiras, por não haver uma só forma de conhecimento, levando à necessidade de optar por aquelas que favoreçam a desestabilidade e o inconformismo perante a outra, que se pretende única (SOUSA SANTOS, 2008b).

Nesse propósito, funda um projeto sociológico pautado: a) na “sociologia das ausências”, que consiste em dar voz e visibilidade aos grupos invisíveis; b) na “sociologia das emergências”, que aposta na projeção de novas experiências existentes; c) no “trabalho de tradução”, assentado na prática dialógica e de interlocução de saberes; d) e no discurso de “anti-desperdício das experiências”, que visa valorizar as diversas experiências sociais descentradas em curso no mundo de hoje (SOUSA SANTOS, 2008b).

Mobiliza nessa proposição instrumentos metodológicos que se apoiam: a) na “hermenêutica diatópica”, que nada mais é do que o trabalho de interpretação de duas ou mais culturas, com o objetivo de identificar as preocupações isomórficas entre elas e as diferentes respostas que proporcionam para um mesmo problema; b) no “trabalho de tradução”, calcado em exercício intelectual e político, mas também emocional; c) no reconhecimento de “zonas de contato”, onde diferentes mundos de vida normativos, práticas e conhecimentos encontram-se, chocam-se e interagem (SOUSA SANTOS, 2008b).

À guisa de um quadro sinótico (Quadro 1), apresentamos, a seguir, algumas diferenciações entre os dois autores mencionados, de forma a melhor compreender suas proposições diante das questões aqui abordadas.

Quadro 1 - Geografias do Sul e epistemologias do Sul: diferenciações

Posicionamentos	Boaventura de Sousa Santos	Milton Santos
Local de fala	<i>Portugal (semiperiferia)</i>	<i>Brasil (periferia)</i>
Perspectiva de diálogo	<i>sociologia</i>	<i>geografia</i>
Ciência moderna	<i>negação</i>	<i>afirmação</i>
Pensamento europeu	<i>necessidade de um contramovimento</i>	<i>crítica às suas limitações</i>
Espaço geográfico	<i>metáfora</i>	<i>instância social</i>

6 Nascido com a colonização europeia, esse pensamento continua a vigorar hoje, não se extinguindo com o fim do colonialismo político (SOUSA SANTOS; MENESES, 2009) e culmina com uma crise paradigmática na maneira de pensar que faz questionar o chamado “universalismo negativo”. Este coloca a impossibilidade de uma teoria geral completa, ao mesmo tempo em que questiona a “razão metonímica”, aquela sempre voltada para a totalidade e para a ordem; e, ainda, contrapõe-se à “razão proléptica”, que concebe o futuro a partir da “monocultura do tempo linear”, questionando a epistemologia ocidental eurocêntrica (SOUSA SANTOS, 2008b).

O Sul	<i>condição de sofrimento</i>	<i>parte de uma totalidade geograficamente desigual</i>
Discurso sobre a espacialidade	<i>razão cosmopolita</i>	<i>a geografização como dimensão social</i>

Elaboração: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. a partir de Pedrosa (2018), Santos (1978, 1986, 1988, 1991, 1994, 1996) e Sousa Santos (2002a, 2009b, 2012, 2018).

Pouco prudente seria afirmar que as duas concepções mencionadas se confundem, mesmo que os locais de fala (referências geográficas imediatas onde se situam os sujeitos e seus discursos) de cada um não sejam os países centrais e sim principalmente Portugal (Boaventura de Sousa Santos) e Brasil (Milton Santos), tidos, respectivamente, como semiperiferia e periferia em face do centro das decisões mundiais.

Trata-se de duas concepções de ciência com matrizes diferenciadas. As geografias do Sul se apoiam na ciência moderna, conforme se constata na proposta da “Geografia Nova” (SANTOS, 1986), notadamente de influência europeia; ao passo que as epistemologias do Sul fazem um contraponto à ciência moderna e têm suas primeiras reflexões assentadas em uma proposta pós-moderna de ciência (SOUSA SANTOS, 2002a).

A construção deste último autor, inclusive, pressupõe dois movimentos que dão base à sua análise notadamente sociológica. O primeiro é o “regresso do colonial e do colonizador”, de natureza mais política, e que revela a transposição da linha de divisão imposta entre a metrópole e a colônia herdada do passado. O segundo é um contramovimento, chamado de “cosmopolitismo subalterno”, que faz emergir um pensamento alternativo de resistência epistemológica associado à resistência política (SOUSA SANTOS, 2009b).

Por outro lado, em Milton Santos há uma clara intenção de pensar uma conceituação do espaço que o coloque em um patamar de importância para as ciências sociais (SANTOS, 1986, 1991); e isso é feito assumindo uma opção disciplinar desde a ciência geográfica, mas em uma perspectiva aberta de diálogo com a filosofia e as ciências sociais em geral.

Boaventura de Sousa Santos não assume claramente essa ideia de espaço proposta pela Geografia miltoniana, ainda que demonstre conhecê-la (SOUSA SANTOS, 2018). Associa, em vez disso, a ideia do “geográfico”, muitas vezes, à geometria espacial propriamente dita, e reconhece os termos de Sul e de Norte como metáforas espaciais, já que os entende muito mais como uma condição que como uma localização:

en este sentido, son un conjunto de epistemologías, no una sola, que parte de esta premisa, y de un Sur que no es geográfico, sino metafórico: el Sur antiimperial. Es la metáfora del sufrimiento sistemático producido por el capitalismo y el colonialismo, así como por otras formas que se han apoyado en ellos como, por ejemplo, el patriarcado (SOUSA SANTOS, 2012, p. 16).

Em seu propósito de explicar desigualdades regionais, Santos (1978), por seu turno, faz a crítica ao empirismo da Geografia francesa, colocando a necessidade de novas bases teóricas para discutir o espaço e, fundamentalmente, empreende um pensar focado nos países ditos subdesenvolvidos; isso é feito sem deixar de reconhecer o papel de seus mestres europeus, ao mesmo tempo em que define uma Geografia muito própria (PEDROSA, 2018).

Para o autor, o Sul é uma espacialidade, parte de uma totalidade. Constitui-se por meio de processo e localização socialmente produzidos e representados, em periferia social e econômica, mas também geográfica, do espaço global. Com base nesse entendimento, depreende-se que as geografizações (SANTOS, 1988), diferentemente dos geografismos⁷ (LACOSTE, 1988), apresentam-se como inscrições territoriais no presente de processos sociais, resultando da combinação do movimento da sociedade com as configurações espaciais existentes. As regiões do Sul são pensadas a partir dessa perspectiva, de forma que não estejam isoladas da totalidade das quais dialeticamente fazem parte.

Se para Boaventura de Sousa Santos a história e as estruturas de poder definem a condição do Norte e do Sul global, para Milton Santos, esses elementos buscam ser entendidos sob a perspectiva do território e, portanto, das espacializações, que são resultado, mas igualmente condição, desses mesmos processos que se configuram na escala global; daí preocupar-se com o discurso das geografizações dos processos sociais, formadas por sistema de ações e por sistemas de objetos (SANTOS, 1988, 1994, 1996).

De qualquer forma, várias são as aproximações entre as duas construções teóricas e que podem ser vistas de forma resumida no Quadro 2.

Quadro 2 - Geografias do Sul e epistemologias do Sul: aproximações

Posicionamentos	Boaventura de Sousa Santos	Milton Santos
Os conceitos universais	<i>frutos de um pensamento eurocêntrico e generalista</i>	<i>aplicabilidade limitada a realidades específicas</i>
Escopo da ciência	<i>não colonial</i>	<i>preocupação com as questões do “Terceiro Mundo”</i>
Relação Norte-Sul	<i>contramovimento emancipatório (político e epistemológico)</i>	<i>descentramento e perspectiva de análise crítica da totalidade socioespacial</i>
Sul	<i>deslocamento de olhares</i>	<i>transescalaridade</i>
A ordem global	<i>hegemonia x contra hegemonia</i>	<i>fábula x perversidade x possibilidade</i>
Acento às resistências	<i>sociologia das ausências/emergências</i>	<i>geografias dos tempos lentos e dos espaços opacos</i>
Preocupação idiográfica	<i>contraponto às metanarrativas</i>	<i>importância do lugar e dos discursos de seus agentes</i>
A construção de uma nova história	<i>“nuestra América”</i>	<i>período popular da história</i>
Potencialidade do Sul	<i>o movimento cultural barroco</i>	<i>a flexibilidade tropical</i>

7 Para Lacoste (1988), trata-se de metáforas que acabam por escamotear os sujeitos ou frações sociais que assumem, de fato, a ação, conferindo protagonismo aos lugares, espaços ou territórios como exploradores, colonizadores ou dominadores de outros.

Assimetrias e desigualdades	questões de grupos e regiões subalternas	regiões/lugares que ganham/perdem, mandam/obedecem
A construção de uma nova sociedade	razão cosmopolita + ecologia dos saberes	ordenamento cívico-territorial
Razão científica	“corazonar”	razão e emoção

Elaboração: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior a partir de Santos (1978, 1985, 1987, 1988, 1994, 1996, 1999, 2000a) e Sousa Santos (1995, 2007, 2008a, 2008b, 2009a, 2009b, 2018, 2019).

Algumas aproximações, portanto, são identificadas tendo em vista as proposições dos dois autores. Em ambos é possível reconhecer as limitações que percebem nas teorias e conceitos da ciência contemporânea, que se mostra generalista e eurocêntrica (SOUSA SANTOS, 2019), ou, ainda, de aplicabilidade limitada em realidades específicas, como as periféricas, posto que pensada a partir dos países centrais, demandando novas epistemologias e enfoques (SANTOS, 1999).

Dessa maneira, os autores investem na elaboração de um pensar inspirado em realidades empíricas fora do centro, seja como contraponto ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado, a partir do aprendizado com o Sul global (SOUSA SANTOS, 2018), seja como uma forma de ler particularidades socioespaciais daquilo que ficou conhecido há algumas décadas como questões do “Terceiro Mundo” (SANTOS, 1978). Ainda, o entendimento da relação Sul-Norte dá-se como um contramovimento de natureza emancipatória que, conforme já assinalado, assume uma dimensão política e outra epistemológica (SOUSA SANTOS, 2009b); e de descentramento (SANTOS, 2000a), pois a periferia do sistema-mundo comparece muito claramente como locus de enunciação, não obstante este último autor trabalhar com a ideia de universalidade, como bem observam Melgaço e Prouse (2017).

O aprendizado com o Sul permite o deslocamento de olhares em Sousa Santos (2018), quando propõe o contramovimento mencionado, e a necessidade de transitar por escalas geográficas em Santos (1996), quando entende os lugares como depositários finais dos eventos, pontos de entrecruzamentos de horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1994, 1996), e as regiões como funcionais ao todo (SANTOS, 1985) a definir versões diferentes da mundialização (SANTOS, 1988).

A necessidade de pensar uma outra ordem global em contraponto à hegemônica, leva à formação de movimentos contra-hegemônicos (SOUSA SANTOS, 2008a) como resposta às pressões da globalização capitalista; ideia essa que se aproxima muito do entendimento dos múltiplos sentidos da globalização de Milton Santos (2000a): o mundo tal como nos fazem vê-lo (a globalização como fábula); o mundo tal como ele é (a globalização como perversidade); e o mundo tal como ele pode ser (a globalização como possibilidade).

A visualização dessa possibilidade, seja como movimento contra-hegemônico, seja como possibilidade, coloca o acento na sociologia das ausências/emergências (SOUSA SANTOS, 2008b), ou nas geografias dos tempos lentos e dos espaços opacos (SANTOS, 1994, 1996), que imprimem outra racionalidade à lógica espacial contemporânea, governada pela ciência, pela técnica e pela informação. Para Santos (1994), a força dos fracos está em seus tempos lentos e, por extensão, na solidariedade cooperativa deles em seus espaços opacos, nos quais a racionalidade técnica e informacional não é a dominante.

Nessa mesma linha de raciocínio se enfatiza em Santos (1996) a preocupação com o lugar, marcado pela escala da vida cotidiana e por possibilidades de encontros organicamente solidários; nisso se revelando a preocupação idiográfica do autor para com a espacialidade. Em Sousa Santos (2008b), o contraponto às metanarrativas estabelece a crítica ao universalismo, à unilinearidade da história, às totalidades hierárquicas; e a aposta na pluralidade de projetos coletivos articulados de forma heterárquica por mecanismos de tradução e de reinvenção da emancipação social (SOUSA SANTOS, 2007).

Os dois autores vislumbram um novo momento histórico, que está em Sousa Santos (2008a), por exemplo, na possibilidade de inventar, inspirado em José Martí, uma “nuestra América”. Esta seria a superação da narrativa europeia e norte-americana pela autonomia latino-americana, baseada em uma perspectiva de pensamento político com atitudes contrárias ao colonialismo e ao imperialismo. A correspondente desse novo momento em Santos (2000a) seria o “período popular da história”, quando a primazia do homem o colocaria no centro das preocupações, assegurando a compaixão nas interações interpessoais, a solidariedade social e a ética como formas de reduzir fraturas sociais.

Os autores também fazem apostas nas potencialidades do Sul. A mestiçagem cultural a definir um “metatopos”, assentado no *ethos* barroco, faz-se presente em Sousa Santos (2008a, 2009a)⁸. Tido como fenômeno essencialmente mediterrâneo (o Sul do Norte) e latino-americano (Sul global), revelou-se quando o poder no centro estava enfraquecido. De caráter aberto e inacabado, permitiu autonomia e criatividade às margens e às periferias por se tratar de uma imaginação centrífuga surgida das periferias internas do poder europeu para as da América Latina (SOUSA SANTOS, 2009a)⁹.

Interpretação não muito diferente é feita por Santos (1994, 1996, 2000a) através da noção de “flexibilidade tropical”. Esta pressupõe resistência e criatividade cultural, econômica e espacial associadas às estratégias diversas de existência e de sobrevivência nos trópicos. Concebida na periferia global, conforme sistematizado alhures (TRINDADE JR.; LEITE; OLIVEIRA, 2021), em nada se equipara à flexibilidade pós-fordista, dada a diversidade encontrada nas práticas e configurações socioespaciais de realidades pobres, como a brasileira.

As assimetrias e desigualdades espaciais, por seu turno, são vistas por Sousa Santos (2009a) como uma questão de poder de grupos e de regiões e que se faz compreender por meio de uma relação estrutura-ação. Em Santos (1994), são reveladas como configurações territoriais diversas que contrapõem regiões que ganham/mandam a regiões que perdem/obedecem; isto visto sobretudo por meio dos sujeitos que se espacializam e definem suas ações, seja no centro, seja na periferia, descartando qualquer possibilidade de geografismo em sua interpretação.

8 Esse *ethos* não é utilizado no sentido do estilo pós-clássico da arte e da arquitetura, mas no seu caráter de excentricidade, a sinalizar uma metáfora cultural que designa formas de subjetividade e de sociabilidade capazes de explorar as potencialidades emancipatórias da transição paradigmática.

9 Na América Latina, a criatividade cultural e social (imaginação centrífuga, sobreviva e blasfema) resultou da brecha deixada pela pouca presença do centro na periferia durante um certo período da colonização, originando a mestiçagem barroca (codificada, caótica, erudita, popular, oficial e ilegal ao mesmo tempo), herança do século XVII, que confere centralidade às margens e se torna mais forte à medida que nos deslocamos; ao mesmo tempo, escondendo a fraqueza dramatizada em sociabilidade conformista (SOUSA SANTOS, 2009a).

A construção de uma nova sociedade como superação dessas assimetrias é sugerida através da “razão cosmopolita” e da “ecologia dos saberes” em Sousa Santos (2008b), e de um outro arranjo espacial, de natureza cívico-territorial, em Santos (1987). Acrescenta-se a isso uma forma de ler o mundo que combina razão e sentimento em Sousa Santos (2019), contido no verbo “corazonar” – híbrido alquímico de emoções/afetos/razões –; e razão e emoção em Santos (1996), ao relacionar a natureza do espaço às variáveis técnica, tempo, razão e emoção.

Colocados esses distanciamentos e aproximações entre os dois autores, importa, a partir de agora, considerar como suas proposições e ideias têm ajudado a entender o espaço amazônico, suas questões e seus problemas.

PENSANDO A AMAZÔNIA A PARTIR DAS GEOGRAFIAS E DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Para visualizar o pensamento dos dois autores, selecionamos trabalhos representativos das abordagens em comento. A ideia é apresentar contribuições sobre o espaço regional amazônico apoiadas nessas abordagens.

O estudo de Huertas (2009) busca avançar na compreensão da região sob a ótica do espaço como uma verdadeira instância social (SANTOS, 1986). Mobilizando vários conceitos presentes na teoria miltônica, o autor buscou mostrar a fluidez territorial em uma região até então reconhecida pela imagem da grande floresta e de seus modos de vida pouco alterados. Ao analisar fluxos responsáveis por definir uma nova espacialidade regional amazônica em interação com o restante do País, mostra elementos da modernização do espaço e da fluidez territorial por meio de atividades que adentram a região com força de transformação e que reforçam um modelo de desenvolvimento decisivo na constituição atual do território.

Reconhece, assim, uma espécie de sub-região (“quadrilátero” formado por Manaus/Belém/Distrito Federal-Goiânia/Porto Velho), que não se ajusta necessariamente àquelas regionalizações oficialmente conhecidas, sendo uma leitura territorial que se contrapõe ao saber convencional de região ao desvendar processos e, ao mesmo tempo, estabelecer uma crítica científica às estratégias oficiais de desenvolvimento. Trata-se de uma espacialidade sub-regional que resulta de um subsistema de circulação responsável por estreitar os vínculos de fluxos entre partes do Centro-Oeste e do Norte do País. Tais fluxos definem uma rede estruturadora de movimento articulada a vetores hidroviários e rodoviários em pontos nodais estratégicos e que atende a interesses de determinados circuitos produtivos (soja, madeira, minérios, pecuária bovina etc.) em áreas que, até bem pouco tempo, eram praticamente desprovidas desses fluxos modernos.

Promove, por meio dessa interpretação, uma análise crítica das políticas territoriais que têm na técnica e seus movimentos um fator de transformação do meio geográfico. Os conceitos de tecnosfera (esfera técnica) e de psicofera (esfera de comportamentos), de Santos (1996), aí se fazem presentes para mostrar os eventos que são portadores de racionalidades exógenas ao lugar.

A análise não se restringe a mostrar e a explicar a nova configuração territorial mencionada. Paralelamente a isso, indaga a quem essa nova coesão territorial busca beneficiar e, ao

mesmo tempo, demonstra preocupação com uma outra Amazônia, que parece recuar e que se mostra em maior sintonia com a natureza. Nela, embora algumas cidades revelem características próprias do período técnico-científico informacional (SANTOS, 1994, 1996), sua presença não chega propriamente a ditar as normas da dinâmica social (HUERTAS, 2009), o que ajuda a entender e principalmente a questionar o papel da região, seja em face do mundo, posicionada no Sul global, seja em face do espaço nacional, posicionada ao Norte do território brasileiro, mas, nos dois casos, sujeita a processos de expropriação de recursos, de riquezas e de territórios.

Em direção muito semelhante e apoiado no mesmo autor de referência anterior, Rodrigues (2012) concebe a Amazônia como totalidade dinâmica. Nesse caso, o subespaço amazônico é visto por meio da noção de espaço banal, resgatada por Santos (2005) de François Perroux, onde empresas, instituições e vivências ganham existência. Sob mediação do território usado, definido pela racionalidade hegemônica, novas racionalidades contra-hegemônicas podem vir a ser constituídas, e mesmo autorizar uma nova hegemonia.

A centralidade conferida ao espaço para a leitura do tema é feita entendendo-o como uma acumulação desigual de tempos e, por isso, o processo de reconfiguração geográfica atual na Amazônia tem raízes distantes, fazendo com que eventos contemporâneos contenham velhas intencionalidades, que sofisticam os sistemas de engenharia e aumentam a densidade técnica da região ao aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do território. Assim, novos elementos fazem parte dessas intencionalidades, como a criação de hidrelétricas (Tucuruí, Belo Monte etc.) e a privatização dos sistemas de saneamento (RODRIGUES, 2012).

Essas premissas dão base para a discussão que realiza a respeito do uso do território no período da globalização e seu rebatimento na soberania territorial, considerando o fenômeno da apropriação mercantil dos recursos hídricos, mas também observando a imanência de usos não-mercantis do território, o que o faz observar a resistência dos lugares e o imperativo ético de uma práxis transformadora. Na argumentação do autor, o uso do território, como recurso mercantil, compromete a soberania e gera constantes tensões. Categorias miltonianas são para isso mobilizadas na análise, como a ideia de totalidade dinâmica, eventos normativos, técnicas da ação e formação socioespacial.

A partir da mercantilização da água, discute a contradição entre o constrangimento da soberania territorial e a possibilidade de um território não-alienado, um exercício consciente dos lugares, base de sua soberania, como resistência e como produção de uma racionalidade alternativa. Por isso a região é também pensada como espaço de muitos lugares, onde as ações se dão conjuntamente, como um acontecer solidário, de diferentes temporalidades, existências, materialidades, eventos e normatividades públicas ou corporativas, que definem formas e possibilidades diversas de uso do tempo e da técnica; elementos esses que sinalizam para novas formas de conceber o território e o desenvolvimento, como contrarracionalidades.

A mesma convivência de tempos e a presença de racionalidades para além das hegemônicas se faz presente no estudo de Montenegro (2014). Seu objetivo é mostrar particularidades do circuito inferior da economia urbana, conforme assim definiu Santos (1979), em formações metropolitanas brasileiras. Para isso, elege a metrópole belenense para, juntamente com outras três metrópoles (Fortaleza, Brasília e São Paulo), representantes das demais regiões do País – Nordeste, Centro-Oeste e Região Concentrada (SANTOS; SILVEIRA, 2001) –, identificar particularidades do circuito inferior da economia (SANTOS, 1979) no processo de metropolização da Amazônia.

Montenegro (2014) não deixa de estabelecer uma espécie de cotejo do circuito inferior em Belém com aquelas outras metrópoles, mostrando ainda as metamorfoses desse circuito na Amazônia no período da globalização. Nesse empreendimento, mostra como se encontram justapostas, no meio construído da metrópole belenense, múltiplas formas combinadas de produção e de consumo realizadas com técnicas e formas de organização diversas, revelando a feição regional diferenciada assumida pelo circuito inferior no território amazônico de hoje.

Além das particularidades geográficas amazônicas, que permitem, por exemplo, por meio da rede hidrográfica, uma forte articulação econômica da metrópole com a região – através de suas feiras fixas, portos, trapiches e bairros pobres, que fogem aos grandes circuitos de produção e de circulação –, a autora destaca em seu estudo estratégias criativas relacionadas à vida da metrópole e ao mundo do trabalho imersos em uma economia urbana da pobreza, como as ocupações múltiplas realizadas pelo mesmo agente, o pequeno comércio, a diversidade de serviços oferecidos, os espaços de moradia mesclados aos de trabalho, a cooperação familiar, a combinação de tarefas na forma de pequenos negócios, o fornecimento de produtos caseiros para pontos comerciais/residenciais e/ou nas ruas, e a reutilização e reaproveitamento de objetos/materiais em atividades diversas.

Tais estratégias aparecem como contrarracionalidades a um circuito moderno e comandado pelo capital, cuja teoria dos circuitos, desenvolvida por Santos (1979), permite revelar no espaço amazônico um potencial econômico e com grande densidade comunicacional e social marcada por uma forte interação entre a vida rural da floresta e a vida metropolitana que nela se instala.

Elementos importantes dessa particularidade apresentam-se naquilo que Montenegro (2014) chama de economia fracionada. Refere-se a mercadorias vendidas a retalho, a ocupações diversas e criativas e ao fracionamento do dinheiro, nomeado pela autora de “economia dos centavos”. Tais elementos sugerem um olhar diferenciado a propósito do planejamento econômico e territorial, normalmente dominado pela episteme economicista do desenvolvimento na qual se sobressai o circuito superior da economia urbana e regional.

O estudo de Porto-Gonçalves (2017a), por seu turno, mostra como, ao longo de sua história, a Amazônia vem sendo narrada sempre na perspectiva dos vencedores e à revelia das populações locais. Destaca, nesse processo, não apenas a violência física, como também a epistêmica, relacionada aos saberes nativos. Ao estabelecer a crítica à formação socioespacial da região, o autor estabelece uma linha de pensamento que não separa a sociedade da natureza, o espaço do tempo, e que não coloca os processos e eventos locais e regionais em uma linha histórica demarcada por etapas.

As ideias sobre a região convencionalmente assimiladas, na maioria das vezes, concebem-na como sinônimo de natureza, como vazio demográfico, como fonte inesgotável de recursos e como região do futuro; tudo isso em prejuízo da compreensão de sua “complexidade sociometabólica” (PORTO-GONÇALVES, 2017a)¹⁰, como se deduz ao se tratar o solo

10 As novas formas de apropriação dos recursos e do território geram alterações metabólicas na floresta e na vida dos indivíduos que fazem dela espaço de vivência imediata, gerando violência, combinada a desmatamento e destruição. O acirramento dos conflitos e tensões define igualmente espaços e tempos de “r-existências” dos chamados povos da floresta, que parece ser um dos pontos centrais de suas proposições. Negando a ideia de uma região demograficamente vazia, o rebatimento das ações e os interesses externos, esses povos definem ações e mobilização capazes de dar visibilidade a eles e a suas demandas.

amazônico, visto como inapropriado para atender àquelas culturas agrícolas impostas pelos interesses externos, não obstante ser ele responsável pela exuberância da floresta, graças à forma com que as sociedades locais aprenderam a lidar com a natureza. A visão da pobreza edáfica, tornou-se, inclusive, um pressuposto à intenção de exploração e de destruição da floresta e de seus recursos, especialmente a partir dos anos 1960.

Sustenta ainda o autor que a visão estabelecida é sobretudo sobre a Amazônia e não propriamente dos povos que nela vivem. Empreende, com isso, uma leitura distante do etnocentrismo por meio do qual a região costumou ser vista; ao mesmo tempo nega a interpretação moderno-colonial dominante e que tende a ignorar o acervo cultural e intelectual das sociedades que aí se territorializaram antes da chegada dos colonizadores. Valoriza no seu empreendimento o potencial de conhecimentos existentes e as formas de bem-viver aí enraizadas, além de destacar os mecanismos de preservação do seu patrimônio natural e cultural, fruto de aproximadamente doze mil anos de forte interação dos seus povos com a floresta.

Desse embate decorre a “encruzilhada civilizatória” e as “tensões territoriais”. Trata-se de uma espécie de confronto entre as práticas dos povos locais e o ideário civilizatório imposto pelos interesses externos e estranhos à região decorrentes da presença das rodovias, dos grandes empreendimentos, dos projetos logísticos, da expansão da soja, da exploração do petróleo e do gás e da produção de energia elétrica através do aproveitamento hídrico. Tais elementos, marcados pelo tempo e pelo ritmo do capital, colocam a região em escalas diferenciadas de integração, em nível nacional, conforme se deu na segunda metade do século XX; e sul-americana, conforme se vê nas políticas territoriais mais recentes.

Pautado em Sousa Santos (2009a), mas também em outros autores do pensamento decolonial ou pós-colonial, sugere a necessidade de superar a colonialidade do saber e do poder que inferioriza os amazônidas e que promovem substanciais “desperdícios de experiências humanas” que nessa região se fazem presentes.

Essa mesma preocupação pode ser visualizada em estudo de Corrêa (2014), sobre as lutas e resistências e as perspectivas alternativas diante do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Para isso, esse autor levou em conta o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) e sua ação contra-hegemônica na área afetada pelo projeto. Tomando como base várias contribuições de Boaventura de Sousa Santos, demonstra a expansão da fronteira hidrelétrica na Amazônia e seu movimento de territorialização sob a perspectiva do capital em parceria com os projetos neodesenvolvimentistas do Estado, que usa, para isso, de violência institucional e simbólica com vistas à concretização do empreendimento hidrelétrico.

A análise foca o processo de desterritorialização em curso por conta do referido projeto, demonstrando as formas de expropriação, de desintegração e de precarização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e camponesas; formas essas que se fazem acompanhar da violação de seus direitos fundamentais, risco e violência física e social, além de comprometimento do equilíbrio do ecossistema e do bioma amazônico.

As premissas das epistemologias do Sul o fazem identificar um processo não apenas capitalista, mas igualmente colonialista, que tem como consequência resistências ao modelo imposto, manifestas por meio de dinâmicas não hegemônicas (vivências, experiências e perspectivas sociais), a partir das resistências e das lutas do MXVPS, que atua em quatro frentes (jurídica, comunicação/mobilização, bancos e política).

O movimento estudado, por meio de suas resistências nessas diversas frentes, além da aprendizagem na luta, que ganha uma dimensão pedagógica, dá visibilidade a sujeitos locais e reúne tanto elementos relacionadas a contradiscursos neodesenvolvimentistas, quanto proposições de novos caminhos a serem construídos social, cultural, econômica, política, territorial e ambientalmente, considerando o uso comum do espaço e a sociobiodiversidade amazônica com a legítima participação de seus sujeitos.

Estes ganham projeção e ação regional, como os que resistem a projetos similares por meio da mobilização comum e concertada em nível de Amazônia brasileira – “Movimento Madeira Vivo”, “Movimento Tapajós Vivo”, “Movimento Teles Pires Vivo” e a “Aliança dos quatro rios” (Xingu, Tapajós, Teles Pires e Madeira) – e em escala continental – “Movimento dos rios da Pan-Amazônia” e da “Aliança dos Povos da Pan-Amazônia”.

Nesse sentido, e adotando os termos de Sousa Santos (2002b, 2008a), o autor define tal mobilização como uma posição marcada no terreno da “globalização de resistência” – organização transnacional de resistência de Estados-Nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais –, pautada no “cosmopolitismo subalterno de oposição” – forma cultural e política de globalização contra-hegemônica – e, igualmente, no “patrimônio comum da humanidade” – lutas transnacionais com vistas à proteção e à desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes tidos como fundamentais para a humanidade e com sustentabilidade a ser garantida na escala planetária.

Para Corrêa (2014), é possível identificar no MXVPS brechas e sinais importantes para uma forma alternativa de ação e de resistência contra-hegemônica e de desenvolvimento para a região e para o País, com articulação de escalas geográficas diferenciadas, apesar do quadro de “fratura” interna do MXVPS.

Em perspectiva apoiada também em Boaventura de Sousa Santos (2008a, 2009a, 2009b) e outros autores de matriz decolonial, Malheiro (2019) trata do ideário do desenvolvimento na Amazônia a partir dos grandes projetos minerais. A questão central gira em torno da suspensão normativa e da excepcionalidade jurídica que coloca em xeque a complexidade e a diversidade territorial regional em prol de uma racionalidade corporativa de governo do território na Amazônia realizada por práticas subterrâneas que tornam, na visão do autor, a política uma guerra e a exceção uma regra.

Na análise exposta a geografia de exceção – em que povos, comunidades e movimentos sociais tornam-se variáveis administráveis em tabuleiro no qual as peças se movimentam para violá-los, criminalizá-los e ameaçá-los –, suas condições de emergência e suas lógicas de realização, mas demonstrando, em contrapartida, as territorialidades que existem e resistem a ela.

Empiricamente, o estudo se volta para a dinâmica de exploração do ferro no corredor Carajás-Itaqui pela empresa Vale S. A. Mostra no estudo as mediações espaciais criadas que garantem o acesso a recursos e terras à empresa em circunstâncias de indeterminação política. Esta favorece a transformação de espaços necessários ao processo de gestão empresarial do território, colocando em risco territorialidades outras e transformando povos e comunidades que as definem em sujeitos a serem geridos e/ou eliminados.

A diversidade territorial de Carajás – indígenas, quilombolas, pescadores, camponeses etc. – é vista como um imperativo não apenas político, mas igualmente epistêmico para o enfrentamento dos interesses corporativos. Trata-se, antes de tudo, de outras formas de se relacionar com a terra, com a floresta e com os rios. A partir disso, a exemplo de

Rodrigues (2012), a questão da soberania regional é abordada, analisando-se criticamente o discurso que tende a se apropriar territorialmente da região e homogeneizar a diversidade regional.

Apoiado no quadrinômio segurança-território-população-riqueza, o autor sugere, por um lado, a existência de uma “territorialização de exceção” – acesso a recursos e/ou domínio de espaços por meio de suspensão normativa e de gestão de populações politicamente matáveis e territorialmente invisíveis e dispensáveis – e de estratégias corporativas de territorialização que levam a processos de acumulação pela via da mineração, que se utiliza da contenção territorial e da desterritorialização para atingir seus fins. Isso ocorre por meio de ações de encurtar, barrar, canalizar e remover caminhos, itinerários e mobilidades, mas, também, da expulsão, da desapropriação, da fragilização, da destruição e da desmobilização de condições objetivas de reprodução social apoiadas na suspensão de direitos fundamentais.

Como contraponto, sugere “a escuta” em face das diversas formas de se apropriar do território e como forma de traduzir a diversidade territorial que demarca diferenças e que, ao mesmo tempo, redefine a gramática da leitura regional, centrada principalmente em processos de homogeneização do espaço. Com isso, além de revelar múltiplas geografias de exceção, sinaliza para as geografias de “r-existência”, que apontam para outros horizontes, surgidos de práticas diferenciadas de vida, de existência e de territorialização.

Ao problematizar a situação da mineração, mostra como ela se articula à questão da terra na Amazônia, à governamentalidade corporativa do território e a uma orientação decolonial do saber como forma de entender tais questões. Apoiado em Sousa Santos (2008a, 2009a, 2009b) identifica a razão ocidental, que produziu um pensamento abissal, como uma razão indolente, preguiçosa e que ignora aquelas múltiplas experiências sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apartir de Milton Santos, a possibilidade de uma ação contra-hegemônica em escala nacional e internacional pressupõe conhecer os mecanismos do mundo, de forma a perceber as intencionalidades estranhas que se instalam no lugar; sendo essa uma forma de contração para sugerir o que fazer no interesse social (SANTOS, 1995). Tais premissas parecem se fazer presentes nos trabalhos sobre a Amazônia inspirados na teoria miltoniana.

Por meio dela problematiza-se o atual período histórico, no interior do qual se produz um espaço regional cada vez mais artificializado, comandado pela técnica, pela ciência e pela informação hegemônicas. Nele, os objetos geográficos, com localização e intencionalidades precisas e de natureza mercantil e simbólica, são marcados pela ubiquidade e pela universalidade, pois estão em todo lugar ao mesmo tempo e se tornam cada vez mais artificiais e grandiosos com vistas a servir aos atores hegemônicos/corporativos (SANTOS, 1994).

Os processos socioespaciais não são, todavia, observados em sentido unidirecional. A presença de “grandes objetos” (SANTOS, 1995) no espaço regional implica em contrarrazões que podem levar a uma nova planificação regional. O olhar de dentro faz reconhecer vínculos de solidariedade e de resistência, especialmente na dimensão dos lugares de vivência, de contato imediato e com densos vínculos orgânicos, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista espacial. O reconhecimento desses vínculos e da

potencialidade de suas relações, materializadas no arranjo espacial, apresentam-se como condição para pensar a região sob outra perspectiva; diferente, portanto, daquela imposta pela prática recorrente de ordenamento territorial.

Na outra vertente, a Amazônia é tida como espaço de interação, coexistências e (des) conexões de diferenças cujo desafio é “geo-grafar” a diversidade de vidas, culturas e saberes (PORTO-GONÇALVES, 2001a, 2001b, 2001c) de forma que novos protagonistas locais/regionais ganhem a cena política. Isso é feito em contraponto ao processo civilizatório moderno-ocidental e de maneira a subsidiar a invenção de novas territorialidades, defender bens sociais/coletivos intangíveis (PORTO-GONÇALVES, 2001a, 2001b, 2002) e negar uma visão linear do tempo e o silenciamento das diversas temporalidades conformadoras da simultaneidade do mundo (PORTO-GONÇALVES, 2017b).

Destacam-se para isso ferramentas como a “expansão do presente”, com valorização de experiências/vivências que constroem a história atual; a “contração do futuro”, que nega a excessiva aposta em projetos modernos de médio e longo prazos em detrimento do presente; e a “ecologia dos saberes”, que leva em conta a diversidade de conhecimentos e suas possibilidades de interação (SOUSA SANTOS, 2008b).

Todas essas preocupações decorrem de formas novas de mobilizar o conhecimento. Para além dos parâmetros convencionais de definir e referenciar espaço-tempo, apostam-se nas imersões locais/regionais. Com especial ênfase à noção de diferença, enfatiza-se, nessa compreensão, a emergência de novas racionalidades tecidas sob outros modos de agir, sentir e pensar.

Da análise realizada podem ser reconhecidas proximidades e distanciamentos entre as duas abordagens, mas, antes de tudo, em ambas chama-se a atenção para a forma descentrada de pensar o mundo e de entender a Amazônia. Destaque é dado às formulações críticas sobre as assimetrias regionais, que permitem situar aquela região como espaço de resistência e de contraposição a modelos hegemônicos e de ordenamentos socioespaciais impostos hierarquicamente.

Nesse sentido, as regiões do Sul, se posicionarmos a rosa dos ventos no mapa-múndi convencional, ou do Norte, se a posicionarmos no contexto territorial brasileiro, têm muito a ensinar e a ajudar a compreender elas mesmas, o Brasil e o mundo. Se no passado as teorias geradas no centro dominaram as visões de mundo e moveram os moinhos do conhecimento, hoje a periferia do sistema capitalista mundial, por meio de suas experiências, têm muito a contribuir. Aqui, mais que uma contraposição Norte-Sul, historicamente definidos como convenções de localização, buscou-se mostrar a relevância de uma interpretação mais plural do mundo e de suas dinâmicas socioespaciais.

A Amazônia e suas particularidades destacam-se nesse processo de construção do conhecimento, independentemente de ser uma região meridional do espaço mundial ou uma região setentrional do território brasileiro. O conhecimento sobre ela e a partir dela ajuda, assim, a mover os moinhos do conhecimento, que, por sua vez, não é unidirecional, se se trabalha sob o ângulo do pensamento crítico e na perspectiva da emancipação social, como se vê tanto nas teorias de Milton Santos quanto nas de Boaventura de Sousa Santos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA-NETO, S. P. G. Epistemologias do sul e a Nova Geografia: por uma Geografia Popular no encontro entre Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos. *Cronos: Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Natal, v. 18, n. 1, p. 68-88, jan./jun. 2017.

CORRÊA, S. R. M. *As lutas e resistências do movimento Xingu Vivo Para Sempre diante do projeto hidrelétrico Belo Monte: o padrão de desenvolvimento da Amazônia em disputa*. Orientador: Roberto Veras de Oliveira. 2014. 506 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

DANTAS, A. Geografia e epistemologia do sul na obra de Milton Santos. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 49-61, set./dez. 2014.

FERRETTI, F.; PEDROSA, B. V. Inventing critical development: a Brazilian geographer and his Northern networks. *Transactions of the Institute of British Geographers*, Oxford, v. 43, n. 4, p. 703-717, dez. 2018.

HUERTAS, D. M. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. São Paulo: Annablume, 2009.

LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.

LEITE, G. C. da S.; TRINDADE JR., S-C. C. da. “Geografias do Sul”: descentramento, transescalaridade e espacializações no pensamento miltoniano. *Geosul: Revista do Departamento de Geociências – CFH/UFSC*, Florianópolis, v. 35, n. 76, p. 39-65, set./dez. 2020.

MACHADO, T. Milton Santos: a pioneer in critical geography from the global South. *Finisterra*, Lisboa, v. 54, n. 110, p. 175-178, 2019. [Seção] Atualização bibliográfica. Atualização bibliográfica da obra de: MELGAÇO, L.; PROUSE, C. (ed.). *Milton Santos: a pioneer in critical geography from the global South*. New York: Springer, 2017.

MALHEIRO, B. C. P. *O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e r-existências pelos caminhos do ferro na Amazônia*. Orientador: Valter do Carmo Cruz. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói, 2019.

MELGAÇO, L.; PROUSE, C. Milton Santos and the centrality of the periphery. MELGAÇO, L.; PROUSE, C. (edit.). *Milton Santos: a pioneer in critical geography from the global South*. New York: Springer, 2017. p. 1-24.

MONTENEGRO, M. *Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras*. São Paulo: Annablume, 2014.

PEDROSA, B. V. O périplo do exílio de Milton Santos e a formação de sua rede de cooperação. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 429-448, abr./jun. 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001a.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades*. México, 2001b. Disponível em: <http://ivairr.sites.uol.com.br/carloswalter1.htm>. Acesso em: 13 abr. 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 2001c.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A invenção de novas geografias. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: PPGeo-UFF, 2002. p. 257-284.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. A. de. (org.). *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017b. p. 37-51.

RODRIGUES, E. B. *Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 51-77, 1982.

SANTOS, M. *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. (org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: NAEA-UFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Milton Santos. Entrevistado por José Corrêa Leite. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 40, p. 32-39, 1999.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

SANTOS, M. De volta ao Brasil. In: SANTOS, M. [Entrevista concedida a] Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b. p. 112-118.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUSA SANTOS, B. de. *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. Nova Iorque: Routledge, 1995.

SOUSA SANTOS, B. de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUSA SANTOS, B. de. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 6. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002a.

SOUSA SANTOS, B. de. Os processos de globalização. In: SOUSA SANTOS, B. de. (org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002b.

SOUSA SANTOS, B. de. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOUSA SANTOS, B. de. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

SOUSA SANTOS, B. de. *Conocer desde el Sur: para una cultura política emancipatoria*. Santiago de Chile: Editorial Universidad Bolivariana, 2008b.

SOUSA SANTOS, B. de. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2009a.

SOUSA SANTOS, B. de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SOUSA SANTOS, B. de.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009b. p. 23-71.

SOUSA SANTOS, B. de. Um ocidente não-ocidentalista? A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SOUSA SANTOS, B. de.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009c. p. 443-486.

SOUSA SANTOS, B. de. Introducción: las epistemologias del Sur. In: CIDOB (org.). *Formas-otras. Saber, nombrar, narrar, hacer*. Barcelona: CIDOB Ediciones, 2012. p. 9-22. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/INTRODUCCION_BSS.pdf. Acesso: 08 jul. 2018.

SOUSA SANTOS, B. de. Para uma nova visão da Europa: aprender com o sul. In: SOUSA SANTOS, B. de.; MENDES, J. M. (org.). *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 51-72.

SOUSA SANTOS, B. de. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOUSA SANTOS, B. de.; MENESES, M. P. Introdução. In: SOUSA SANTOS, B. de.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 9-19.

TRINDADE JR., S-C. C. da. Dos geografismos às geografizações: pensando a região e o regional a partir das “geografias do Sul”. *Confins* [En ligne], Revue Franco-Brésilienne de Géographie Paris, n. 44, n. p., mar. 2020a.

TRINDADE JR., S-C. C. da. Um lugar para pensar a Amazônia? Revisitando a Geografia Nova e o pensamento crítico miltoniano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, v. 7, n. 2, p. 18-33, jan./jun. 2020b.

TRINDADE JR., S-C. C. da. Os ventos do “Norte” não movem moinhos? Pensando a Amazônia à luz das geografias e das epistemologias do Sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA, 3., 2020-2021, Belém, PA. *Anais [...]*. Belém: NAEA, 2018. p. 1566-1585. Disponível em: https://sialat2020.com.br/wp-content/uploads/2021/11/Sialat_2020_completo_novembro.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

TRINDADE JR., S-C. C. da.; LEITE, G. C. da S.; OLIVEIRA, H. M. P. de. Amazônia: saberes locais, solidariedade orgânica e flexibilidade equatorial. *RA’EGA: o espaço geográfico em análise*, Curitiba, v. 52, p. 84-107, 2021.